

JUNHO DE 2013: O BRASIL RENASCE



Por: Aspásia Camargo

Quarenta e cinco anos depois da eclosão do movimento de maio de 1968, na França, coube ao Brasil reeditar o mesmo processo, cujo desdobramento será maior do que se imagina. Como em 68, o movimento espontâneo e sem lideranças conhecidas impôs ao país uma agenda ampla e difusa, em nome de forças represadas e de uma insatisfação geral bem maior do que as razões imediatas que provocaram o protesto.

Em Paris, o inimigo foi a ordem imutável do General De Gaulle, que foi varrida junto com uma sociedade industrial em final de ciclo. Aqui, o vilão é o que restou da democracia de 1988, que parece uma sombra de si mesma e do que prometeu aos brasileiros – uma democracia precocemente envelhecida, agora, no banco dos réus.

Temos ainda um centralismo herdado do Regime Militar e do

Estado Novo, que perpetua um poder executivo discricionário e desregrado, herdeiro do velho patrimonialismo com prazo de validade vencido. Uma de suas arbitrariedades é mandar no Orçamento, peça básica da democracia desde que a Inglaterra inventou o parlamento.

Tal como em 1968, foi também o movimento estudantil o estopim do protesto, por ser ele difuso, independente e, portanto, indomável, visceralmente comprometido com uma nova sociedade do conhecimento – o único, portanto, capaz de denunciar as falsas maiorias e a “paz dos túmulos”, obtida através de conluios e partilhas. A vinculação do movimento com a internet e com a educação funciona como passaporte para o futuro, em nome de uma hipermodernidade desenhada em rede.

O estopim do movimento foi o aumento das tarifas de transporte público, sintoma de uma inflação ascendente que fragiliza o governo, e que expõe as carências e mazelas do transporte de massas nas regiões metropolitanas; e o drama das cidades caóticas e desgovernadas, com seus precários serviços públicos.

O ponto central do movimento é sua animosidade contra os partidos políticos e suas deterioradas alianças. Por essa razão, a Reforma Partidária deveria ser o item número 1 da Reforma Política, dependendo apenas de uma autoreforma, a critério de cada partido e que depende apenas da vontade política de suas próprias lideranças. Se o pecado reside nas alianças, a restrição ou o disciplinamento das coligações pode ser a cura para estes males, dependendo de projeto de lei para acabar com um cartório onde se compram e vendem os partidos, criando maiorias silenciosas e silenciando as vozes críticas e opositoras.

Nossa combalida democracia representativa não representa os que estão em casa, nem os que estão nas ruas, e precisa incorporar a internet como ferramenta, para que os cidadãos conscientes possam opinar sobre temas de seu interesse na

esfera pública, oxigenando o poder de baixo para cima através da democracia participativa que pode também ser estimulada por projetos de lei de iniciativa popular – como o da ficha limpa, por exemplo.

Existe um “mal estar da civilização” que se propaga pelo mundo diante de governos prisioneiros de lobbies, apáticos e pouco criativos. É grave o descompasso entre a classe política que nos governa e os compromissos civilizatórios que empolgam os jovens do século XXI. Adiar eternamente esses objetivos de longo prazo em nome do puro imediatismo político é alimentar o medo, a revolta, a incerteza e a desconfiança no futuro.

Os neurocientistas nos explicam que há uma plêiade de emoções humanas que afloram e se dramatizam em situação de crise individual ou coletiva. As instituições, por sua vez, se sustentam em conexão com necessidades vitais ligadas à religião, à justiça, às artes, que regulam as emoções e os valores coletivos, enquanto outras atividades, como a economia, a ciência e a técnica, trabalham para fora, buscando a racionalidade e os resultados instrumentais que atendem às necessidades humanas.

E a política? Essa deveria fazer a mediação entre as duas esferas cerebrais, a racional e a afetiva. O problema é que agora corremos o sério risco de ver que – na sua obsolescência – ela não consegue atender nem à lógica material dos resultados, nem aos valores de solidariedade e dos sentimentos que nos tornam humanos.

Os movimentos sociais, tal como nós, ou como estes que estão nas ruas, costumam produzir impurezas, como é o caso do vandalismo fascista que se manifestou à sombra de uma polícia desprovida de serviços de Inteligência e de Informação. A intransigência degenera em radicalismo e irracionalidade – de esquerda ou de direita – enquanto a cooperação e a tolerância podem construir uma nova racionalidade – e renovar as instituições.

* Aspásia Camargo é dirigente nacional do Partido Verde e deputada estadual pelo estado do Rio de Janeiro.

Secretaria Estadual de Comunicação

Partido Verde – São Paulo